

A LÍNGUA ALEMÃ STANDARD: UMA VARIEDADE – TRÊS NORMAS DE ORALIZAÇÃO¹

Jürgen Erich Schmidt²

Tradução: Lucas Löff Machado³

Revisão: Cláudia Fernanda Pavan⁴; Cléo Vilson Altenhofen⁵

Resumo: *A pergunta central do simpósio sobre “quanta variação suporta a língua alemã standard?” é tratada aqui a partir de duas perguntas básicas. A primeira diz o seguinte: “No âmbito linguístico, onde deve ser estabelecido o limite para reconhecer a língua standard falada (Standardsprache)?”. A segunda: “Quanto de desvio da norma codificada os ouvintes leigos julgam ser necessário para variantes regionais serem aceitas como standard?”*

A primeira pergunta é explicitada e respondida no âmbito da teoria da dinâmica linguística. Para o sistema interativo-cognitivo ‘língua’, são constitutivas as dimensões ‘temporalidade’ e ‘espacialidade’. Toda interação linguística realiza-se no tempo. Temporalmente determinados, são os reflexos cognitivos das interações linguísticas e a sincronização interindividual do saber e convenções linguísticas. O estado correspondente de uma determinada língua e de sua variedade standard resulta da disposição lado a lado de mesossincronizações espacialmente determinadas, nas quais os indivíduos sincronizam seu saber linguístico em situações de contato pessoal, e de macrossincronizações, através das quais os membros de uma comunidade linguística se alinham a uma norma comum independentemente do contato pessoal. As normas de oralização de grandes áreas, (surgidas por volta de 1700) em torno de uma variedade standard literal, estão, há cerca de setenta anos, submetidas a um processo massivo de ressignificação. Na medida em que as novas normas de oralização nacionais do alemão, difundidas oralmente por mídias de massa, obtiveram presencialidade comunicacional⁶, os antigos estados de fala (Sprechlagen)⁷

¹ Traduzido com a permissão do autor para a publicação nos Cadernos de Tradução do IL, a partir do texto em alemão “Die deutsche Standardsprache: eine Varietät – drei Oralisierungsnormen”. In: EICHINGER, L.; KALLMEIER, W. *Standardvariation: Wie viel Variation verträgt die deutsche Sprache?* Walter de Gruyter, 2005.

² O Prof. Dr. Jürgen Erich Schmidt é, desde 2000, Diretor do Forschungszentrum Deutscher Sprachatlas (Centro de Pesquisas do Atlas Linguístico da Alemanha) e professor da área de Germanística, na Phillips-Universität de Marburg.

³ Aluno egresso da Graduação em Letras Alemão e do Mestrado em Letras, UFRGS. Atualmente, é Doutorando em Germanística, na Katholische Universität Eichstätt-Ingolstadt, Alemanha.

⁴ Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Letras, UFRGS.

⁵ Professor do Instituto de Letras, UFRGS.

⁶ N.T.: A noção de *kommunikative Präsenz* é recorrente no texto. Optamos por traduzi-la como *presencialidade comunicacional* por exprimir mais claramente a ideia de uso potencial da respectiva variedade na comunicação.

anteriormente de prestígio passaram a ser vistos como estritamente regionais e foram cada vez mais depreciados em um processo que decorreu de forma muito diversa, conforme cada região. No atual contínuo dos diferentes estados de fala orientados pela norma literal, é possível estabelecer, com base no conceito cognitivamente fundamentado de “variedade plena”, uma clara distinção entre estados de fala *standard* e não-*standard*.

Para responder à segunda pergunta, são apresentados estudos empíricos recentes, cuja base de dados se constitui de enunciados em que falantes de pouca escolaridade intencionam o uso do *standard* em situações de fala autênticas. Os regionalismos observados nas respectivas gravações de fala foram 1) analisados empírica e linguisticamente e 2) avaliados por ouvintes leigos em testes de percepção, para medir sua equivalência com a língua *standard*. O resultado surpreendente é: as avaliações dos ouvintes nas diferentes regiões de língua alemã coincidem amplamente com a delimitação proveniente da teoria.

No final do artigo, pretende-se uma definição de língua *standard* e de suas normas de oralização que, por um lado, seja coerente com a temporalidade e espacialidade constitutivas de cada língua em particular e que, apesar disso, permita uma diferenciação clara entre variedade *standard* e estados de fala regionais (*regionalsprachliche Sprechlagen*).

1. Introdução

O questionamento central do simpósio anual “quanta variação suporta a variedade *standard* do alemão?” comporta um conjunto de indagações mais específicas. As duas perguntas mais importantes seriam: uma teórico-linguística, que indaga até qual grau de heterogeneidade ainda faz sentido falar de uma única variedade, isto é, de uma única variedade *standard*; a segunda está relacionada à percepção da língua pelos falantes e ouvintes leigos: até qual grau de desvio da norma codificada esses falantes e ouvintes leigos julgam variantes ainda como *standard*. É objetivo deste artigo mostrar que o resultado surpreendente das perguntas formuladas desta maneira se deve ao fato de que a delimitação teórico-linguística da variedade *standard* coincide amplamente com a delimitação da língua *standard* falada que, empiricamente, falantes ouvintes apontaram em suas avaliações.

O presente artigo está estruturado da seguinte forma: a definição de “língua *standard*” ou “variedade *standard*” pressupõe o conhecimento de dois conceitos fundamentais da teoria da dinâmica linguística, o conceito de sincronização e o conceito de variedade plena. Eles serão, portanto, introduzidos brevemente no capítulo 2; não é possível aqui discorrer sobre o contexto teórico⁸. Além disso, uma delimitação da variedade

⁷ N.T. e Rev.: O termo *Sprechlage* refere-se à “língua falada comumente em uso”, ou seja, “o que é o hábito comum de uso da língua na oralidade”. Propomos traduzi-lo como “estado de fala” (não confundir com “situação de fala”, al. *Sprechsituation* (*Sprachlage*), restrita ao uso efetivo em um momento específico de uso da língua).

⁸ Joachim Herrgen e eu estamos tentando, há algum tempo, desenvolver uma teoria que coloque a temporalidade constitutiva da língua e de suas variedades e, deste modo, a heterogeneidade, no centro. Essa

standard do alemão só pode ser adequada teoricamente ao objeto, se estiver também historicamente adequada. Assim, no capítulo 3, serão reconstruídos esquematicamente os mais importantes estágios de desenvolvimento das normas de oralização da variedade *standard*: serão abordados seu surgimento por volta de 1700, sua estrutura linguística primordial, a respectiva abrangência e, finalmente, a resignificação das normas de oralização regionais, decisiva para a atual situação linguística, desde os anos 30 do século XX. Como se deu esse processo de resignificação nos últimos quarenta anos e qual mudança linguística ela impulsionou, será mostrado no capítulo 4 através de uma seleção de uns poucos estudos empíricos recentemente trazidos à tona. A conclusão do artigo (capítulo 5) constitui, então, uma tentativa de análise teórica concisa, que culmina com uma definição de variedade *standard*, de suas normas de oralização nacionais, até uma proposta de distinção entre língua *standard* e língua regional.

2. Conceitos básicos selecionados da teoria da dinâmica linguística

2.1 O conceito de sincronização

A pergunta "até qual grau de heterogeneidade faz sentido falar de *uma* variedade ou de uma *única variedade standard*", conduz diretamente ao centro da teoria linguística atual. Está cada vez mais claro que os conceitos linguísticos clássicos, o conceito de sincronia ou o postulado da homogeneidade, representam idealizações teórico-metodológicas que neste ponto, enfim, impedem qualquer solução satisfatória (cf. nota de rodapé 8). No centro da teoria da dinâmica linguística, encontra-se, assim, no lugar de um conceito de sistema independente do falante e da temporalidade, um conceito interacionista-cognitivo de sincronização.

A ideia central pode ser resumida da seguinte forma:

A comunicação linguística funciona, não porque existem comunidades linguísticas parciais, cujos membros dispõem de uma competência linguística (quase) idêntica – ainda que a temporalidade, em um primeiro momento, seja irrelevante –, mas porque os falantes sincronizam, no tempo, seu saber linguístico de forma interativa, baseado no princípio da cooperação. Essa sincronização implica que os falantes estabilizam ao mesmo tempo aspectos em comum existentes no saber linguístico individual e que, em caso de diferenças, modifiquem esse saber linguístico individual.

Elucido a seguir, bem rapidamente, como se deve imaginar essa situação.

Com base em estratégias de aprendizagem inatas, os indivíduos adquirem saber linguístico e desenvolvem estratégias de otimização que durante a vida – todavia, por

teoria será descrita e fundamentada em Herrgen & Schmidt, no prelo ("*Sprachdynamik*", cf. HERRGEN & SCHMIDT, 2011). Uma explicação mais detalhada do conceito de sincronização encontra-se em Schmidt [2005] ("*Sprachdynamik*"); uma fundamentação mais detalhada do conceito de variedade plena, em Schmidt [2005] ("*Varietätenbegriff*").

etapas com diferentes intensidades – conduzem a uma reestruturação desse saber linguístico. O saber linguístico individual (isto é, a competência individual) adquirido até certo período (consciente ou inconsciente) é empregado em cada ato de produção e compreensão linguística de acordo com as possibilidades de compreensão e expectativas de comunicação do respectivo interlocutor. O retorno interacional dado pelo parceiro ocasiona ou uma estabilização ou uma modificação do saber linguístico individual. Os retornos através do interlocutor da interação são responsáveis por estratégias individuais de otimização entre membros de uma comunidade comunicativa levarem a resultados de otimização equivalentes.

Para a questão do *status* linguístico de variedades, não são determinantes apenas os atos de sincronização pontuais e realizados em interações individuais – nós os chamamos microssincronizações –, e sim meso- e macrossincronizações.

Quando os indivíduos têm parte, por um longo período de tempo, em situações de grande importância para cada um dos participantes, isso leva a uma sequência de atos de sincronização orientadas para o mesmo fim. As implicações cognitivo-linguísticas de tal sequência de microssincronizações dependem da duração do período em que os interlocutores interagiram em uma situação comum, da “densidade da comunicação”, da relevância individual e especialmente da fase da vida. Com duração mais longa, alta densidade comunicativa e alto valor individual, os membros da interação desenvolvem estratégias de otimização similares.

Tal sequência de atos de sincronização orientados para o mesmo fim, que indivíduos em situações de contato pessoal realizam, e que conduz à formação de saber linguístico comum em situações específicas, chamamos de mesossincronização.

Determinante para a integração linguística como um todo, porém, são as macrossincronizações.

Por macrossincronização entendemos atos de sincronização através dos quais os membros de uma comunidade linguística se alinham a uma norma comum.

Macrossincronizações têm por tendência prever todos os membros de uma comunidade linguística ou de um grupo maior, entre os quais não é necessário haver contato pessoal. Um papel de destaque é atribuído naturalmente à aquisição da norma literal. A longo prazo, as fronteiras de macrossincronizações comuns definem as fronteiras do sistema dinâmico de cada língua.

2.2 O conceito de variedade plena

Como resultado das constantes mesossincronizações, subsiste, a todo e qualquer momento, um complexo sistema global de cada língua, que externamente não permite cesuras mais claras. Não é possível reconhecer nem uma disjunção entre conjuntos de variantes e grupos de falantes, nem um ordenamento discreto de variantes a situações (cf. SCHMIDT [em vias de publicação] “conceito de variedade”, seção 3). A esse sistema, contudo, contrapõe-se, linguisticamente e na consciência do falante, uma clara gradação. Os falantes têm consciência de que determinadas diferenças linguísticas entre indivíduos e grupos de falantes podem, em princípio, ser facilmente superadas e implicam uma modificação permanente e sem problemas do saber linguístico individual. Isso diz respeito principalmente às diferenças lexicais. Porém, os falantes têm consciência também de que outras diferenças linguísticas marcam uma fronteira cognitiva – por vezes, experienciada como problemática ao longo da vida –, a qual pode ser, do ponto de vista sociolinguístico, especialmente significativa. Estratégias de recusa, hipercorreções e sanções são indicadores dessa fronteira. A gradação da competência linguística, da qual os falantes têm consciência intuitivamente e que utilizam para marcar sua posição sociolinguística, é a diferença entre o campo fundamental da competência individual, por um lado, e a ampliação setorial desse campo fundamental, por outro. Por campo fundamental da competência individual entendemos as regras geradoras de signos básicos e regras de combinação de signos; portanto, linguisticamente falando, dos subsistemas prosódico-fonológico e morfossintático. Sua aquisição ocorre essencialmente nas duas primeiras fases de aquisição da língua.

Essa gradação da competência linguística constitui a base para o conceito de variedade plena. Recorrendo à terminologia linguística clássica, o conceito pode ser definido da seguinte maneira:

Do ponto de vista *cognitivo-individual*, variedades plenas são determinadas através de estruturas prosódico-fonológicas e morfossintáticas independentes e com recortes do saber linguístico associados a tipos de situações sociais.

Do ponto de vista *sociolinguístico*, variedades plenas são diferentes recortes parcialmente sistêmicos do complexo sistema total da língua particular, com o qual grupos de falantes interagem em determinadas situações.

Distintas das variedades plenas, têm-se ainda as variedades setoriais, isto é, aqueles recortes do saber linguístico, nos quais, sobre a base de uma variedade plena, a competência linguístico-situacional é adquirida, e isto por meio de uma sequência de atos de microsincronização que, meramente setoriais – em geral de ordem lexical –, conduzem a ampliações de inventário, bem como diferenciações ou substituições de inventário.

Variedades setoriais sobre a base da variedade *standard* são, por exemplo, as linguagens especializadas e técnicas; variedades setoriais sobre uma base dialetal equivalem a terminologias tradicionais relativas ao trabalho manual.

3. O desenvolvimento das normas de oralização do alemão: um esboço

Com o auxílio dos conceitos teóricos introduzidos acima, pode-se reconstruir o desenvolvimento de normas orais da variedade *standard* do alemão.

3.1 Primeiras normas de oralização do Hochdeutsch escrito: quando e onde elas adquiriram ampla presencialidade comunicacional?

Nós não temos provas diretas de quando e onde as primeiras normas de oralização da nova variedade nivelada do *Hochdeutsch* escrito obtiveram uma presencialidade comunicacional mais ampla, mas podemos deduzi-lo de forma relativamente precisa. Trata-se do período, em que o *dialeto* começou a se constituir como variedade autônoma e no qual, pela primeira vez, a mudança das antigas variedades regionais do alemão passou a ser percebida. Somente quando o uso de uma nova “variedade” oral, associada à língua escrita do moderno alto-alemão, não mais se restringiu a uma pequena elite intelectual (cf. MATTHEIER, 2003, p. 219), mas sim passou a englobar grupos maiores de falantes⁹, colocou-se à disposição um contraponto às antigas variedades regionais (“*lantsprachen*”), que permitiu reconhecer sua mudança, que há tempos já existia. Isso levou, por fim, à constituição do dialeto como variedade relacional.

⁹ Sobre o estabelecimento da língua escrita do moderno alto-alemão nas diferentes regiões, cf. Besch (2003a) e Mattheier (2003). Como “língua nivelada” (*Ausgleichssprache*) escrita, ela se estabeleceu, segundo Wiesinger (2000, p. 1932s.), na Alemanha protestante da região central e do norte, por volta de 1650, na Suíça em torno de 1730, na Áustria em 1750 e, por fim, na Baviera (1760). Para as primeiras comprovações da oralidade das novas variedades em formação, no âmbito das elites sociais e intelectuais, há documentos fora do domínio de uso religioso no médio-alemão a partir de 1603, na área do baixo-alemão desde a segunda metade do séc. XVII (cf. WIESINGER, 2000, p. 1934-1941). Na Suíça, ainda em 1819 parecem não desempenhar papel mais relevante (cf. STALDER, 1819, p. 9). Relativo às influências muito antigas do “*Hochdeutsch*” sobre o registro especializado da mineração, cf. Werner (1999, p. 56).

Para melhor avaliar a tese de Mihm (2003), de que, muito mais do que no âmbito da escrita, os processos de nivelamento, na oralidade (acroletais), é que se impuseram com mais prioridade, parece-me necessário distinguir, de um lado, registros da estratificação vertical do alemão atestada desde o médio alto-alemão e de um “*vlaemen*” individual do discurso e, de outro, indícios da existência de uma variedade oral nivelada (do moderno alto-alemão). Se, por exemplo, um indivíduo de Schwerin é convidado, cerca de vinte anos após a mudança local da língua escrita de 1572, para ir a Meißen aprender a língua (cf. MIHM, 2003, p. 90, e BESCH, 2003a, p. 8), isso argumenta justamente contra uma presença consistente de uma oralidade em *Hochdeutsch*, na área do baixo-alemão. Existem, além disso, registros de que o antigo acroleto (do médio-alemão) da variedade recém nivelada tinham um acesso mais restrito do que os estados de fala das “pessoas comuns da burguesia” (“*des gemeine[n] Volk[s] der Bürgerschaft*”) (cf. WIESINGER, 2000, p. 1937).

O exemplo mais antigo para essa percepção da mudança dialetal, que logo foi interpretada como um início de perda dialetal, encontra-se em 1720, em uma descrição de Johann Michael Weinreich (1720, p. e4s.). Ele constata, em relação à “língua e ao dialeto [*Mund-Art*] dos Henneberguenses”,

que, naquelas cidades, onde havia ou ainda podem ser encontradas residências principescas, governos ou escolas melhoradas, não se ouve, ou ao menos não tanto [ainda um pouco], o dialeto Hennebergisch rudimentar” e “que o dialeto no Hennebergisch era há quarenta anos ainda mais rudimentar do que hoje na maioria das cidades.¹⁰

É significativo que essa primeira observação de uma mudança dialetal, no interior da cidade, seja logo acompanhada da percepção de diferenças dialetais em aldeias menores:

“pois, acima de tudo, é admirável [...] que aldeias localizadas próximas daquelas cidades, participem mais do dialeto da cidade do que outras”.¹¹

Trinta anos mais tarde, comprova-se a presencialidade comunicacional mais ampla da nova variedade oral na área de Hamburg, portanto, em um contexto do baixo-alemão, de modo que também aqui se nota uma “irradiação” (mesossincronização) sobre cidades do entorno (RICHEY, 1754, p. XLIIs.).

“Nosso dialeto [*Mund=Art*] diminui dia após dia, na medida em que o *Hochdeutsch* há muito tempo não participa mais apenas de interações públicas e de escritos, e sim passou a fazer parte também das interações do dia-a-dia, tanto que o simples agricultor, mesmo com meias palavras em *Hochdeutsch* [“*halb=Hoch=Teutschen Worte*”], já se faz passar por pessoa mais culta. Consequentemente, pode-se supor que a verdadeira língua local, propriamente dita, [“*Landes=Sprache*”], na qual ninguém mais fala ou escreve

¹⁰ No original: “*dass in denen Städten, wo Fürstl. Residenzen, Regierungen, oder verbesserte Schulen entweder gewesen sind, oder noch gefunden werden, der große Hennebergische Dialectus sich nicht, oder doch nicht vielmehr [,kaum noch; JS] hören lasse“ und „daß der Dialectus im Hennebergischen noch vor 40 Jahren größer auch in denen meisten Städten gewesen, als jetzo“.*

¹¹ No original: “*Denn vor allen Dingen ist Wunderbahr, [...] daß die Dörffer, welche nahe denen Städten liegen, mehr von dem Stadt-Dialecto participieren, als andere“.*

publicamente, com o tempo irá não apenas se misturar ou alterar, mas até mesmo se perder gradualmente.”¹²

Como “limite temporal” geral para essa primeira fase da formação da variedade *standard*, Klaus Mattheier (2000, p. 1955) fixa o período entre 1770 e 1800.

É essencial para a pergunta sobre quando e onde as novas normas de oralização da variedade escrita ampliaram sua presencialidade comunicacional, ter em mente que 1º) a observação mais antiga ocorre no espaço linguístico do médio-alemão (*Mitteldeutsch*), que configura portanto um espaço linguístico determinante para o desenvolvimento da nova variedade, 2º) diz respeito à variabilidade *intraurbana* e 3º) precisa ser relacionada com uma formação escolar, em processo de ampliação.

3.2 Reconstrução das normas ou convenções de oralização pré-modernas

Como se deve imaginar essas normas de oralização iniciais, surgidas por volta de 1700, inicialmente relevantes sobretudo na área do médio-alemão?

Está absolutamente claro que não se tratava de uma norma de oralização “nacional” no sentido que se tem hoje. As primeiras normas de oralização não codificadas foram naturalmente de ordem regional (*landschaftliche*). Quando uma pequena elite intelectual começou a falar a variedade literal em formação, inicialmente ao menos como tentativa, não teve outra alternativa, senão relacionar cada forma em particular (palavras escritas) e segmentos de formas (letras e grafemas complexos) ao campo dialetal básico de sua competência linguística. Em virtude da grande variação grafêmica ao longo de todo século, sua associação a fonemas e alofones necessitou de relativa flexibilidade. Assim, se os dialetos da Alta Saxônia não tinham nenhum fonema /t/, a grafia <t> da língua escrita era associada ao fonema mais próximo /d/. O grafema usado nas formas *Teer* e *der* foi por exemplo, em ambos os casos, oralizado como /d/. Inversamente, distinções fonológicas do *Pfälzisch*,¹³ como, por exemplo, a distinção fonêmica entre /o/ breve fechado e /ɔ/ aberto, foram mantidas sem nenhum problema, embora a norma literal,¹⁴ nesse caso, colocasse somente um grafema à disposição. Em contatos pessoais entre membros da elite intelectual nos diversos centros, os atos de oralização eram igualmente direcionados (à língua escrita)

¹² No original: „Unsere Mund=Art geräth ja von Tage zu Tage in Abnahme, indem das Hoch=Teutsche schon längst nicht allein in öffentlichen Handlungen und Schriften, sondern auch im gemeinen Umgange Besitz genommen, daß auch der Bauer selbst mit einem halb=Hoch=Teutschen Worte sich schon vornehmer dünket; folglich zu vermuthen ist, daß die wahre und eigentliche Landes=Sprache, in welcher niemand mehr öffentlich redet oder schreibt, mit der Zeit sich nicht allein vermischen und verstellen, sondern allmählig gar verlieren werde.“

¹³ N.T. e Rev.: Não existe, até onde temos conhecimento, uma tradução para o português para essa variedade do Palatinado (*Pfalz*), como existe para a região “Palatinado”, a não ser que se parafraseie para “dialeto do Palatinado”.

¹⁴ N.T. e Rev.: Não confundir *literal* (relativo à letra, à escrita) com *literário* (relativo à literatura). A noção de “norma literal”, ou “variedade literal”, é recorrente no texto.

e tinham uma base dialetal semelhante, de modo que se formaram rapidamente *convenções* relativamente estáveis. Embora nós não tenhamos nenhuma comprovação direta sobre esse processo decisivo, surpreendentemente sabemos como essas mesossincronizações inicialmente se desenvolveram: elas se desenvolveram de modo análogo ao processo de gênese da variedade escrita, para o qual elas estavam destinadas. Foi princípio de seleção de unidades para a língua escrita seu máximo alcance no espaço germanófono de comunicação escrita. Porém, em que condições estava o máximo alcance de mesossincronizações orais? Elas somente poderiam entrar em conformidade até o ponto de poderem ser reportadas a domínios essenciais de competência estruturados de modos a garantir conformidade. Sabemos, contudo, muito bem até onde vão essas equivalências: foram as antigas fronteiras dos dialetais tradicionais supra-regionais como o alto-saxão (*Obersächsisch*), francônio-renano (*Rheinfränkisch*), médio-bávaro (*Mittelbairisch*). Um dos mais importantes resultados da dialetologia tradicional foi mostrar que os sistemas fonológico-prosódico e morfossintático dos dialetos locais no interior desses feixes dialetais coincidem em sua essência.

As primeiras convenções tornaram-se *normas* de oralização de áreas maiores, na mesma proporção em que foram sendo difundidas por “agências de normatização”, na proporção, portanto, em que membros de grupos maiores interligaram suas mesossincronizações, ou seja, independentemente do contato pessoal. Essas “agências normativas” foram, em um primeiro momento, as igrejas. O fator comunicativamente mais importante, entretanto, – que se impôs mais tarde – deve ter sido a transmissão da norma através das escolas.¹⁵ Do ponto de vista da dinâmica linguística, a aula de leitura, especialmente também a pronúncia de coral usada na escola, representam práticas de uso de normas de oralização não codificadas.

3.3 Mudança do valor das antigas normas de oralização

As normas de oralização difundidas respectivamente na igreja e na escola tiveram, não apenas na consciência dos falantes, valor como “*Hochdeutsch*”. Elas o eram de fato, pois eram os únicos “modos de falar” possíveis da nova variedade. Surgia, com isso, uma língua comum complexa, cuja segunda variedade abarcava, além dos dialetos, uma norma literal (relativamente) unificada e tantas normas orais quantos fossem os feixes dialetais de áreas maiores com centros urbanos.

Em termos modernos, a resignificação da diglossia dialeto-*Hochdeutsch* com normas de oralização suprarregionais deu-se apenas cerca de duzentos anos após seu surgimento, quando por volta de 1930 novas normas de oralização suprarregionais começaram a se difundir através dos meios de comunicação de massa, tornando-se deste modo, pela primeira vez, de fato, acessíveis comunicativamente. Na mesma proporção em que as novas normas nacionais da oralidade alcançaram presencialidade comunicacional

¹⁵ Ver Löffler (2000, p. 1974).

como oralizações da variedade *standard* “correta”, “pura”, os antigos estados de fala de prestígio em áreas maiores foram percebidos como sendo restritos a uma região. Quase ao mesmo tempo, iniciou-se um processo demorado e de modo algum uniforme de ressignificação, na maioria das vezes de depreciação. Como será demonstrado na próxima seção, essa ressignificação é parte da competência variacional de praticamente de qualquerfalante. Esse processo de ressignificação manifesta-se, no uso geral da língua, com a denominação *língua coloquial* (*Umgangssprache* – no Duden, normalmente um termo pejorativo) e, linguisticamente, na designação *substandard*. Trata-se, aqui, do antigo “*Hochdeutsch*” suprarregional (*großlandschaftliches “Hochdeutsch”*), o qual aparece, hoje, motivado pelo novo parâmetro de uma norma de oralização nacional da língua escrita, como regionalmente marcado. A significação suprarregional do estado de fala de prestígio regional, que denomino a seguir como *acento regional* (*Regionalakzent*), depende da significação que os dialetos a ele subordinados assumem (por exemplo, *saxão*), da consciência linguística de seus falantes e de sua difusão em meios de comunicação de massa regionais (por exemplo, rádio da Baviera).

4. *Standard e substandard* na consciência dos falantes e na percepção dos ouvintes: estudos empíricos recentes

Os estudos empíricos de maior alcance em relação às normas de oralização nacionais do alemão dizem respeito à pronúncia de leitura da antiga Alemanha Ocidental (KÖNIG, 1989), da pronúncia de leitura (complementada por conversas escolares) da Suíça germanófono (HOVE, 2002) e da pronúncia de leitura de sílabas átonas segundo a norma de oralização austríaca (BÜRKLE, 1995).¹⁶ Em relação ao problema da delimitação vertical da variedade *standard*, que está no centro deste artigo, encontram-se apenas alguns poucos estudos empíricos recentes que tratam todos da norma de oralização e do *substandard* na República Federativa da Alemanha. Eles serão apresentados a seguir. Neles, fica evidente, 1º) como se pode compreender linguisticamente a ressignificação das normas de oralização que acabamos de esboçar, 2º) como as mesmas se manifestam na consciência dos falantes e 3º) como são identificados o *standard* e o *substandard* na percepção de falantes e ouvintes leigos.

4.1 A ressignificação inicial de antigas normas de oralização regionais (LENZ, 2003)

Em seu estudo sobre a estrutura e dinâmica do *substandard* na região de Wittlich (Eifel), uma pequena cidade linguisticamente conservadora e seu entorno na área do médio-alemão ocidental (francônio-moselano), Alexandra Lenz registrou restos de uma fase antiga de ressignificação da variedade de prestígio regional, presente no passado. Em

¹⁶ Cf. também as visões gerais em Ammon (1995) e Takahashi (1996).

1998, Lenz realizou gravações com 50 informantes nascidos na localidade, os quais se diferenciavam consideravelmente uns dos outros por características sociais, competência variável e socialização linguística. As situações de coleta eram 1) tradução de frases da língua *standard* para o dialeto, 2) conversas entre amigos, 3) entrevista com uma pessoa desconhecida falante da língua *standard* e 4) tradução de frases dialetais para a língua *standard*. Como métodos de análise, foram aplicados procedimentos variados, tais como análise de variáveis, análise de cluster, testes de percepção auditiva e análises de conteúdo de entrevistas com biografias linguísticas.

Os resultados mais significativos para o propósito deste artigo foram os seguintes: a análise das 19 variáveis fonológicas e morfológicas mais importantes para todos os informantes em todas as situações de coleta mostra 1º) que nenhum dos informantes que se criaram na região domina o que Lenz chama de “língua *standard* livre de interferências” (*interferenzfreie Standardsprache*). 2º) Com a ajuda da análise estatística de clusters, Lenz pôde comprovar a existência, no espectro de variação do *substandard*, de cinco “níveis de adensamento”, ou seja, cinco estados de fala típicos que a autora denomina como segue:

Traços quinário (inclusive casos especiais)	[língua <i>standard</i> livre de interferências (LS)] acento regional (AR)
quaternário	<i>substandard regional superior</i> (SRsuperior)
terciário	<i>substandard regional inferior</i> (SRinferior)
secundário	dialeto regional (DR)
primário	dialeto-base locais (DB)

Fig. 1: Níveis de adensamento do *substandard* de Wittlich, segundo Lenz (2003, p. 252)

Não é possível pormenorizar aqui, quais traços regionais se escondem atrás dessa configuração. É suficiente citar que o acento regional se distingue fundamentalmente da “língua *standard* livre de interferências” através das variantes *substandard* [j, ɛ] (“coronalização”) no lugar da variante *standard* [ç], [x] no lugar de [g] e [R] (“fricatização”) e [f] para [pf], enquanto o “*substandard regional superior*” se diferencia do acento regional adicionalmente por meio das variantes *dat, wat, et e nit* no lugar de *das, was, es e nicht* (cf. LENZ, 2003, p. 188). Nenhum falante domina plenamente o espectro variacional da região. Como a expansão da variação se distribui inicialmente nos diferentes protótipos de falantes, isto é, o raio de espraiamento da variação vertical individual, pode ser depreendido da exposição a seguir.

A pergunta linguisticamente determinante é a que se refere ao *status* das variedades dos diferentes níveis de adensamento ou estados de fala, de domínio individual muito díspar. Para o julgamento linguístico, como foi exposto acima, assumem um significado

essencial os firmes limites cognitivo-linguísticos, os limites firmes do campo fundamental da competência individual que formam a base do conceito de variedade plena. Tais limites fixos marcados pela ocorrência de hiperformas, Lenz pôde comprovar em apenas duas posições do amplo espectro variacional dessa pequena região (2003, p. 207-214, 392):

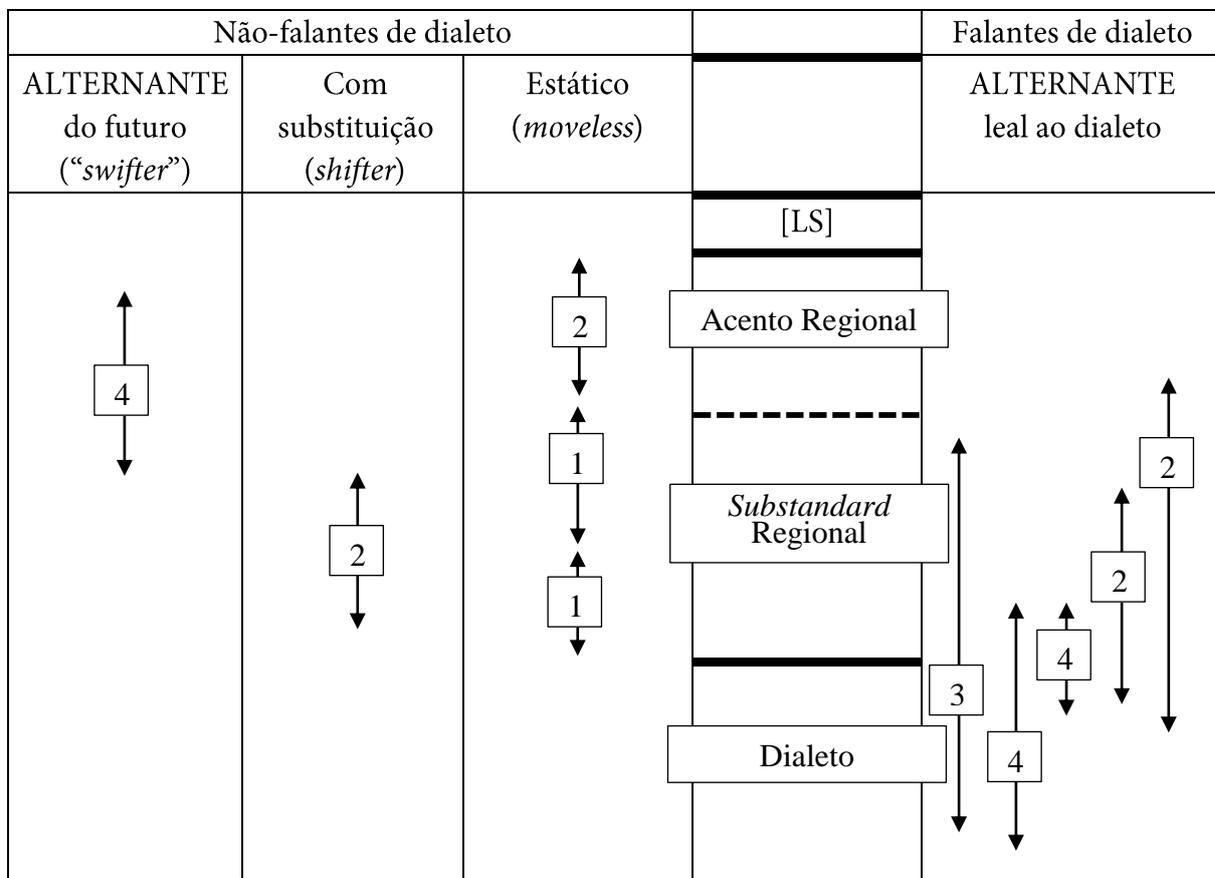


Fig. 2: Espectro variacional individual de falantes prototípicos na região de Wittlich, segundo Lenz (2003, p. 397).

O primeiro limite localiza-se entre a “língua *standard* livre de interferências” e o “acento regional” e é marcado por hipercorreções como *Fich* ‘peixe’ (al. *Fisch*), *Tich* ‘mesa’ (al. *Tisch*) etc. Nesse limite, costumam “falhar”, em profissões orientadas para a comunicação, todos os informantes, inclusive os mais jovens com mobilidade. A segunda delimitação cognitivo-linguística ocorre entre o “*substandard regional*” e o dialeto. Ela é marcada por hiperdialectalismos. Desse modo, lexemas que apresentam o fonema /i/ na língua *standard* são realizados com vogais breves desviantes do *standard*, mesmo quando não remontam historicamente ao germânico ocidental /i/², como em *Wanter* ‘inverno’ (al. *Winter*) ou *Kont* ‘criança’ (al. *Kind*). *Linguisticamente, portanto, identificam-se na região apenas duas variedades plenas: o dialeto e o substandard regional, o qual inclui o acento regional.* A estrutura linguística e a competência (de produção) ativa dos falantes correspondem, nesse sentido, amplamente ao antigo estado de língua, antes de as novas

normas nacionais de oralização terem conquistado presencialidade comunicacional. Uma única segunda variedade oral se contrapõe ao dialeto, essa é a antiga variedade de prestígio suprarregional (= norma de oralização da língua escrita). O resultado talvez mais surpreendente do estudo é como o julgamento subjetivo do espectro das variedades regionais por parte dos falantes converge exatamente com essa delimitação linguística. O resultado da análise de conteúdo das entrevistas aponta que existem três tipos de grupos de falantes que se comportam diferentemente em relação aos seus julgamentos perceptivos e que Lenz interpreta como “estágios” do processo de ressignificação das variedades.

Estruturação linguística	Estruturação subjetiva		
	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3
Acento Regional <i>Substandard</i> Regional Superior <i>Substandard</i> Regional Inferior	“ <i>Hochdeutsch</i> ”	“ <i>Hochdeutsch</i> melhor” “ <i>Hochdeutsch</i> normal”	“ <i>Hochdeutsch</i> melhor possível” “Língua coloquial”

Fig. 3: Estágios do processo de ressignificação de variedades, segundo Lenz (2003, p. 393)

A valoração subjetiva dos falantes fixos mais velhos (= estágio 1) corresponde exatamente à estrutura linguística. Esses falantes dispõem de apenas duas categorias de classificação subjetiva para variedades que são “*Hochdeutsch*” e “dialeto” ou “*Platt*”. No conceito de “*Hochdeutsch*”, estão integrados, sem diferenciação, todos os estados de fala do *substandard* regional situados acima do dialeto.

A fase inicial de ressignificação da antiga variedade de prestígio regional mostra-se no julgamento perceptivo dos estados de fala pelos falantes mais jovens (= estágio 2). Ela já se faz presente em 47% dos informantes mais jovens: eles distinguem entre o acento regional, o qual enquadram como *Hochdeutsch* “melhor”, e os demais estados de fala *substandard*, os quais veem como *Hochdeutsch* “normal” ou, em parte, também “mais ruim”. Essa diferença aparentemente insignificante da classificação subjetiva de estados de fala *no interior de uma variedade plena* é, linguisticamente, extremamente reveladora. No sentido linguisticamente “objetivo”, os estados de fala do *substandard* regional “superior” e “inferior” se diferenciam do acento regional, sobretudo, porque apresentam, sob a base do mesmo campo fundamental de competência, desvios adicionais de lemas específicos da norma *standard* altamente salientes e conscientes dos falantes: *dat* ‘isto’ (al. *das*), *wat* ‘que’ (al. *was*), *et* ‘isso’ (al. *es*) e *nit* ‘não’ (al. *nicht*) (= *substandard* regional superior) ou, além disso, também *uf* ‘sobre’ (al. *auf*) e *och* ‘também’ (al. *auch*) (= *substandard* regional inferior). Como mostra o exemplo da tabela 1 (cf. SCHMIDT “dinâmica linguística”

[*Sprachdynamik*]) relativo à variável *wat/was*, essas variantes lematícas regionais são, em princípio, bem controláveis para os falantes (quase todos os informantes dominam basicamente as duas variantes, cf. linhas 1 e 5), que *podem* ser usadas em uma situação específica (cf. linhas 2 e 4).

Linha	Situação de coleta	% Variantes	Grupo de falantes
(1)	Tradução para o dialeto	99 % <i>wat</i>	Todos os informantes
(2)	Conversa livre entre amigos	91 % <i>wat</i>	Todos os informantes
(3)	Entrevista com um estranho	89 % <i>wat</i>	Geração mais velha
(4)	Entrevista com um estranho	39 % <i>wat</i>	Geração mais jovem
(5)	Tradução para a língua <i>standard</i>	10 % <i>wat</i>	Todos os informantes

Tab. 1: Variável *wat/was* na área de Wittlich, segundo Lenz (2003) (excerto)¹⁷

Por esse viés, fica evidente como a antiga variedade regional de prestígio era de fato estruturada linguisticamente e como se pode analisar o processo de ressignificação que estava se iniciando: a antiga variedade regional de prestígio englobava adicionalmente, além do campo fundamental da competência desviante do *standard*, “marcadores de identidade” de lemas particulares regionais, que quase todos os informantes até hoje usam na comunicação intrarregional (cf. linha 2). Os informantes mais velhos (estágio 1) designam essa variedade, ainda hoje, como “*Hochdeutsch*”. Sob influência da norma de oralização nacional alemã difundida há décadas pelas mídias de massa, os informantes mais jovens passam a evitar esses “marcadores de identidade” regionais na *comunicação suprarregional* (cf. linha 4) e julgam como “bom *Hochdeutsch*” apenas aqueles estados de fala que evitam os traços regionais salientes e bem controláveis para todos (sobre o conceito de “saliência”, cf. seção 5).

O estágio 3, na fig. 3, sintetiza as classificações dos jovens urbanos com profissões medianas ou elevadas, os quais dispõem frequentemente também de experiências comunicativas além do âmbito regional. Eles estão por formar uma classificação subjetiva de três variedades. O *substandard* regional é classificado por eles como “língua coloquial”, portanto depreciado. O próprio acento regional, contrariamente, é avaliado como tentativa de falar o “melhor *Hochdeutsch* possível”. Esse seria, sem dúvida, um *Hochdeutsch* aceito na região, porém não o “verdadeiramente bom” ou “puro *Hochdeutsch*”, que esses informantes almejam adquirir, para poder interagir sem atritos também com parceiros de comunicação que passaram por processo de socialização não na língua regional (cf. LENZ 2003, p. 393). Linguisticamente, isso significa que os informantes estão desenvolvendo uma

¹⁷Cf. Lenz (2003, p. 136, 137 e 140); as informações das linhas 3 e 4 são retiradas dos dados brutos.

consciência das diferenças entre o campo fundamental de sua competência individual e a língua *standard* suprarregional, porém (ainda) sem superar ativamente os limites entre as variedades plenas.

Um último resultado desse estudo, não menos surpreendente, foi observar como a auto-avaliação subjetiva dos falantes coincide com a percepção subjetiva de estranhos, seja através de ouvintes da própria região, seja através de ouvintes de outras regiões. Para tanto, foram apresentados a 171 ouvintes em praças centrais e em zonas de pedestres, por meio de fone de ouvido e CD, 20 segundos de amostras de fala de um apresentador de notícias e amostras de fala correspondentes aos níveis de adensamento, ou melhor, aos estados de fala de Lenz. Os ouvintes deveriam avaliar cada amostra de fala segundo uma escala de respostas previamente determinada:

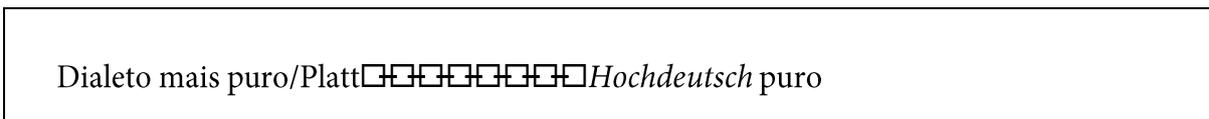


Fig. 4: Escala de avaliação para testes de percepção (cf. PURSCHKE, 2003, p. 38)

Para oferecer aos leitores a possibilidade de classificar pessoalmente os exemplos de fala e comparar o resultado com os julgamentos de falantes ouvintes leigos, estão disponíveis na internet três amostras de fala¹⁸.

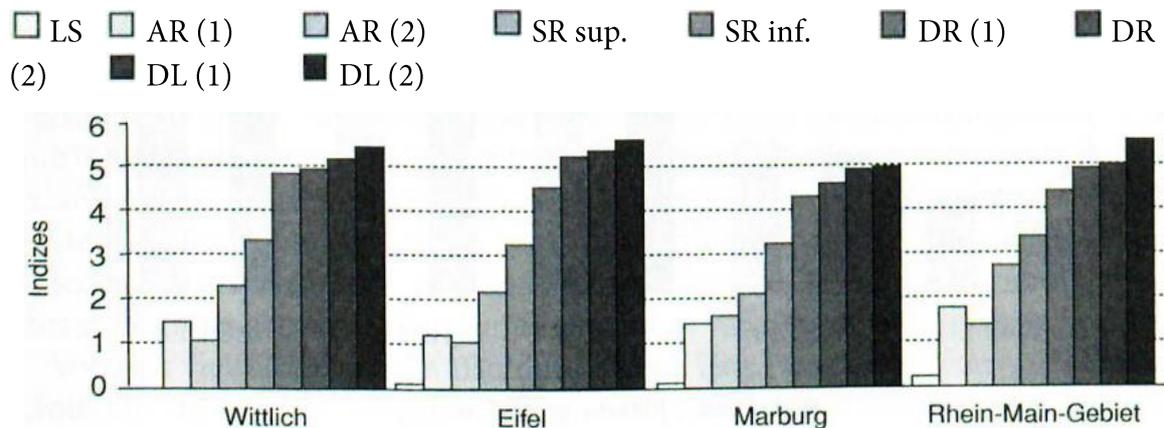


Fig. 5: Valores médios dos índices de resposta aos testes de percepção da dialetalidade em correlação com o local de residência (regiões) dos falantes ouvintes (cf. LENZ, 2003, p. 260)

¹⁸ Cf. homepage J.E. Schmidt em <http://www.sprachatlas.de>. Em „Sprachbeispiel 9“ (exemplo 9), trata-se de uma amostra de fala do acento regional de Wittlich, em “Sprachbeispiel 2” (exemplo 2) do “substandard regional inferior” e em “Sprachbeispiel 8” (exemplo 8) de uma amostra de fala em dialeto.

Os grupos de cada coluna contêm, respectivamente, bem à direita, a apreciação das amostras de fala dialetal (= DL) e, bem à esquerda, a apreciação da fala de um apresentador de notícias. As “colunas” à esquerda são minimamente identificáveis (= LS), visto que os ouvintes atribuíram a elas um grau subjetivo de dialetalidade igual a zero (= *Hochdeutsch* puro). Esse resultado é relevante para o problema do presente estudo sobretudo por dois motivos: 1) fora e dentro da região, o grau dialetal das amostras são avaliados de maneira semelhante; 2) ambos os exemplos de acento regional contidos no teste de percepção (= AR (1) e AR (2), equivalentes, respectivamente, à segunda e terceira coluna a partir da esquerda), são avaliados dentro e fora da região claramente como desvios linguísticos regionais da norma de oralização da língua *standard*. Isso significa, novamente, que a competência passiva de todos os falantes ouvintes alemães inclui a norma de oralização alemã nacional como critério amplamente idêntico para a valoração de desvios linguísticos regionais e que os critérios de valoração intra- e suprarregionais coincidem.

Que, aqui, não se trata da valoração de estados de fala específicos do médio-alemão, pôde entrementes ser demonstrado em uma dissertação elaborada em Marburg, na qual as mesmas amostras de fala de Wittlich foram apresentadas a falantes ouvintes leigos também da Baviera (Freising) e do norte da Alemanha (Itzehoe)

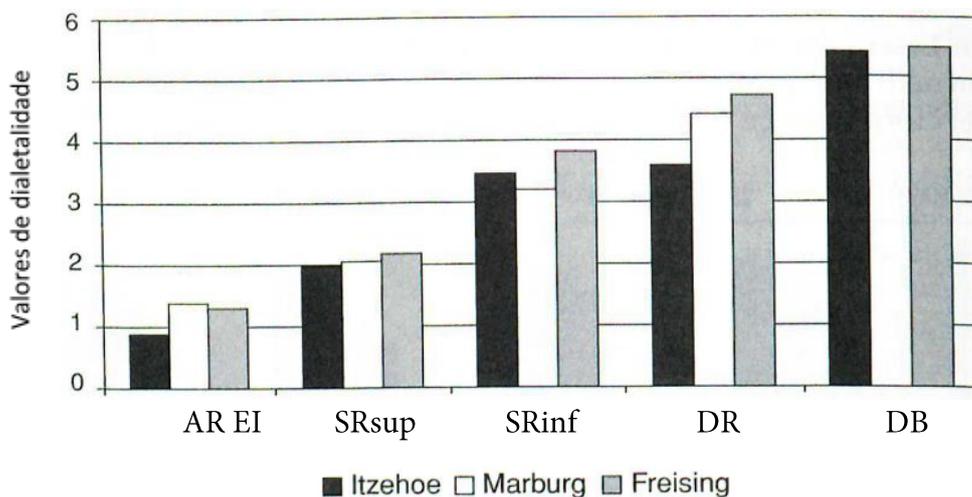


Fig. 6: Comparação regional dos valores de dialetalidade subjetivos para amostras de Wittlich (cf. PURSCHKE, 2003, p. 79)

As abreviações na Fig. 6 são analisadas como “acento regional de Eifel” (= AR EI), “*substandard* regional superior de Eifel” (SR sup.) etc. O resultado do gráfico torna visível que as avaliações subjetivas da dialetalidade valem para além das áreas linguísticas em particular. Estatisticamente, as percepções dos falantes se correlacionam de forma altamente significativa (cf. PURSCHKE, 2003, p. 78). Purschke pôde ainda demonstrar que essa constância observada para além de cada área também se aplica na “direção oposta”, ou

seja, para amostras de fala da “língua coloquial” do médio-bávaro e do acento regional do baixo-alemão do norte (cf. 2003, p. 81), que aqui, contudo, não é passível de detalhamento.

4.2 *Mudança e constância das antigas normas de oralização (LAMELI, 2004)*

O estudo de Alfred Lameli sobre “*standard e substandard no eixo diacrônico*” (2004, orig. *Standard und Substandard im diachronen Längsschnitt*) amplia, de modo quase ideal, nosso conhecimento sobre o desenvolvimento das normas de oralização na totalidade da Alemanha, na segunda metade do século XX. Enquanto no estudo de Lenz se pode observar a nova valoração inicial das antigas normas orais regionais em um espaço geográfica- e linguisticamente conservador, Lameli documenta e analisa não apenas a mudança de fato das normas de oralização em uma área metropolitana do médio-alemão (ocidental) (Região entre os Rios Reno e Meno), mas aponta, além disso, que o desenvolvimento na área linguística do norte da Alemanha ocorreu de forma completamente diferente nas últimas décadas. Lameli analisou 170 horas de gravação recortadas de reuniões das câmaras municipais de duas grandes cidades (Mainz e Neumünster), referentes aos anos 50 e 90 do século XX, e analisou, adicionalmente, com um verdadeiro arsenal de métodos da linguística da variação (medição do grau de dialetalidade, análise de variáveis, análise de implicação, testes de percepção, coleta com questionário de valorações subjetivas) discursos recolhidos em 46 câmaras municipais.

O que torna o estudo especialmente valioso para nosso problema de pesquisa é 1) o fato de que a situação de reunião da câmara municipal exige, segundo os depoimentos convergentes de todos os participantes da pesquisa, um *modo de falar em conformidade com o standard*, 2) que se trata de uma situação autêntica, na qual os efeitos do paradoxo do observador são anulados, uma vez que a gravação das sessões, para fins de ata, corre paralela e 3) que podemos acompanhar aqui a mudança natural da língua *standard* falada, por um período de tempo de quarenta anos.

Dentre os resultados muito diversos e esclarecedores, serão apresentados aqui, em princípio, apenas “os mais elementares”, por seguirem métodos de análise quantitativa, tendo em vista elucidarem os pontos determinantes com mais clareza. Trata-se da medição do grau de dialetalidade e novamente de testes de percepção. A melhor síntese depreende-se de medições de dialetalidade. Neste sentido, aprimorou-se o procedimento desenvolvido por Herrgen & Schmidt (1989) para quantificar a distância fonética em relação à pronúncia *standard* codificada, de modos a incluir adequadamente na análise também as reduções silábicas que, na fala livre em alemão, aparecem inevitavelmente condicionadas ao ritmo de fala, isto é, não medindo a variação realizada fonologicamente, típica da linguagem, como desvio regional da língua *standard* falada. O procedimento de análise completo é bem complicado e não pode ser devidamente apresentado aqui (cf. LAMELI, 2004, p. 64-84). Em tese, esse procedimento mede (conta) os traços fonético-segmentais desviantes da língua *standard* moderada como é codificada nos dicionários de pronúncia (Duden, GWdA). Os valores de medição podem, por isso, ser interpretados, mais ou menos, como

segue: um ponto D (“ponto de dialetalidade”), na escala de medição, corresponde, em média, a um traço regional desviante da norma de pronúncia por palavra do discurso “medido”.

Como valor de comparação para os resultados apresentados a seguir, podem servir os valores de medição da dialetalidade relativos a apresentadores de noticiários do canal televisivo ARD, nos anos 1960 e 2001:

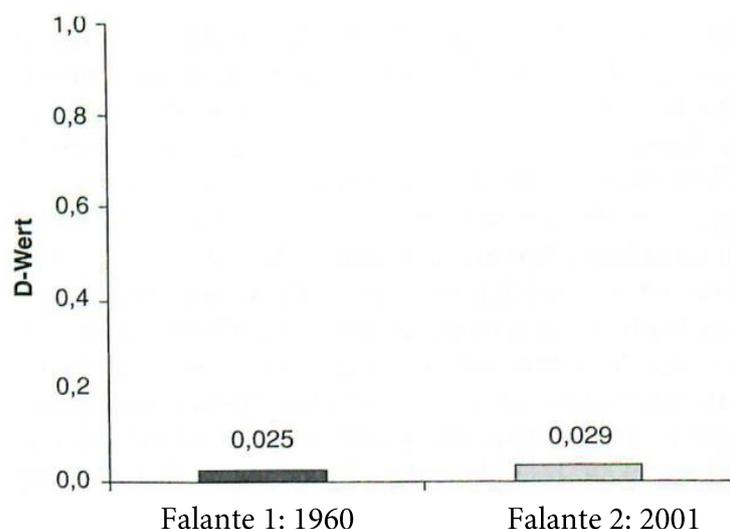


Fig. 7: Valores médios de apresentadores de noticiários da ARD (cf. LAMELI, 2004, p. 87)

Os valores de dialetalidade de 0,025-0,03 mediram, ou seja, deduziram, que os apresentadores realizam, em média, apenas um traço regional a cada 35-40 palavras. Esse resultado é importante em triplo sentido: 1) o procedimento de medição garante validação. Ele não mede nenhum dialetalismo, se não há nenhum. 2) Para falantes com instrução, é de fato possível alcançar a norma de pronúncia (pronúncia *standard* moderada), na forma em que se encontra codificada em dicionários de pronúncia. Lameli (2004, p. 135) designou esse estado de fala como *standard de falantes instruídos*¹⁹. 3) Este “*standard de falantes instruídos*” não sofreu modificações nos últimos quarenta anos.

Como se mostram, entretanto, os resultados para falantes não instruídos de Mainz e Neumünster, que sabidamente se esforçam para se conformar ao *standard*?

¹⁹ Hove (2002, p. 4) denomina esse estado de fala como *alemão da mídia*.

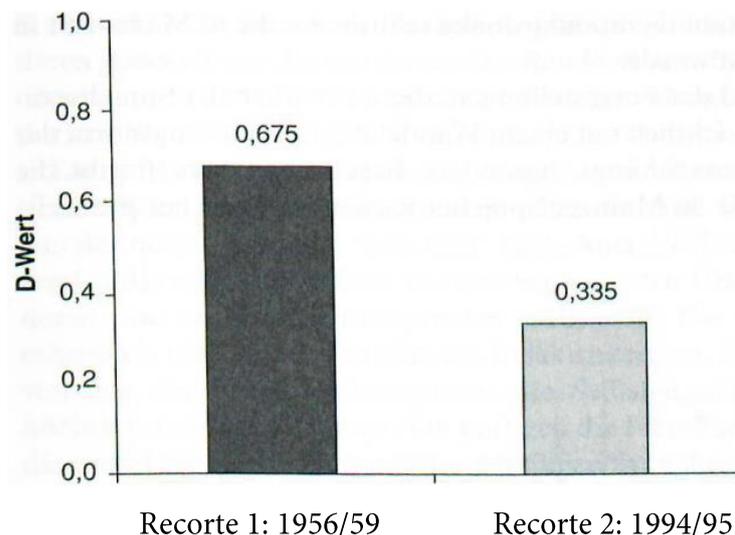


Fig. 8: Valores médios para Mainz nos anos 50 e 90 (cf. LAMELI, 2004, p. 93)

Os vereadores de Mainz atingem, nos anos 50, um grau de dialetalidade médio de 0,7. Nos anos 90, esse valor se reduziu a 0,35, ou seja, quase exatamente a metade. Portanto, os políticos de Mainz realizam nos anos 90 somente mais um traço regional a cada três palavras. A diferença de valores entre ambos os períodos é, em termos estatísticos, altamente significativa. O resultado mais surpreendente do estudo, em termos de sua clareza, provém da comparação entre Mainz, no centro da Alemanha, e Neumünster, localizada no norte do estado de Schleswig-Holstein:

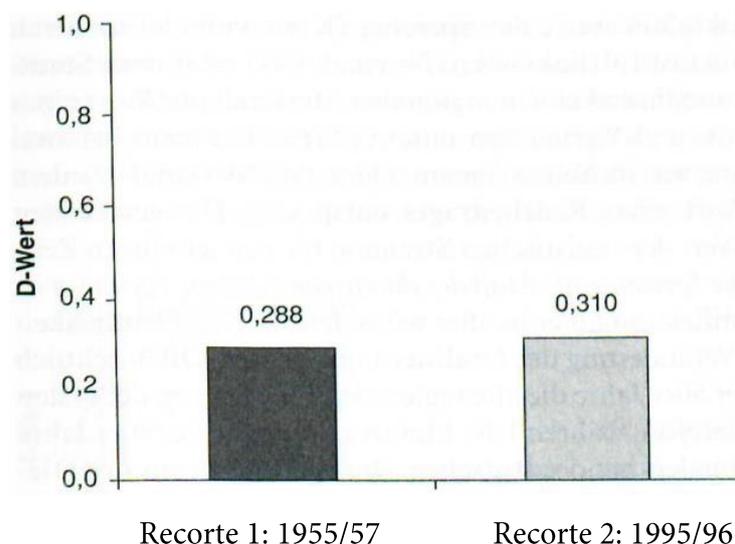


Fig. 9: Valores médios para Neumünster nos anos 50 e 90 (cf. LAMELI, 2004, p. 212)

O grau de dialetalidade médio dos vereadores de Neumünster não se modificou nos últimos quarenta anos. Ainda mais relevante, no entanto, do que isso é que, há quarenta

anos, os falantes do norte da Alemanha realizam, em uma situação, na qual é exigida conformidade com o *standard*, continuamente essa aproximação ao *standard*, que em Mainz recém foi alcançada nos anos 90.

À luz do presente tema, a mudança linguística em Mainz, que declaradamente está associada à mudança da norma de oralização da variedade *standard*, merece atenção especial. A Fig. 10 oferece os resultados individuais para todos os 36 falantes de Mainz (18 falantes por período):

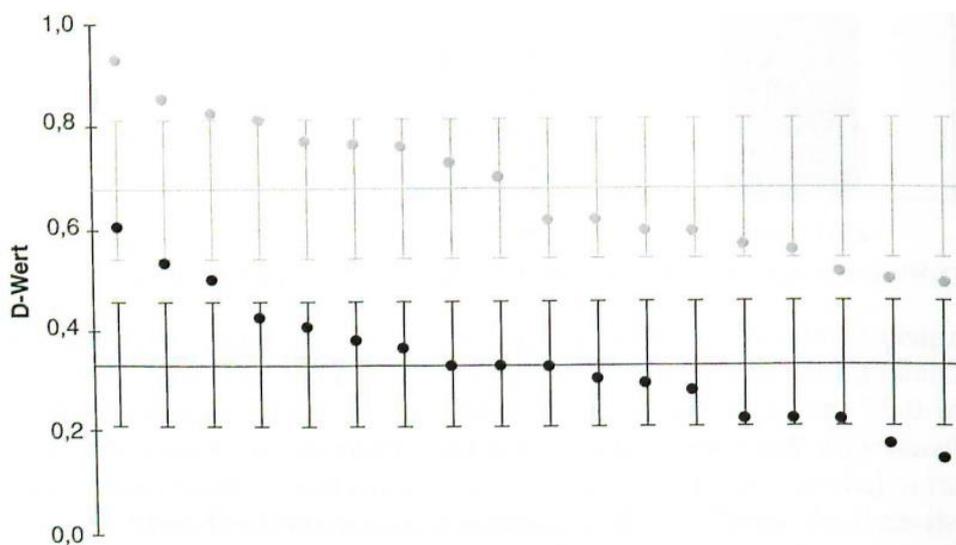


Fig. 10: Estados de fala médios em Mainz nos recortes de tempo 1 e 2 (cf. LAMELI, 2004, p. 95)

Os valores de dialetalidade individuais dos falantes (símbolos esféricos) variam entre valores de quase 1,0 (à esquerda acima), para um vereador nos anos 50, nascido em 1909 – o que corresponde aproximadamente a um traço regional por palavra em um pronunciamento – e valores abaixo de 0,2 (à direita embaixo), para dois vereadores nos anos 90 – o que, de modo geral, corresponde a um traço regional em cada seis ou sete palavras de um pronunciamento. As linhas abertas marcam o valor da dispersão estatística para o respectivo período de tempo. *Essa dispersão estatística como critério da variação média é disjuntiva*. O que a quantificação torna visível com toda nitidez desejável é a mudança das normas de oralização. Aparentemente, os falantes dos anos 50 buscaram a antiga norma regional de prestígio da primeira metade do século XX, enquanto os vereadores de Mainz dos anos 90 se orientaram pela nova norma de oralização nacional da Alemanha. Sumamente esclarecedor é o fator social com o qual a mudança de orientação da norma está associada. Lameli testou as correlações dos valores médios com todos os fatores sócio-demográficos possíveis. O resultado inequívoco foi: a correlação absolutamente mais clara advém do ano de nascimento. A cisão estatisticamente significativa se inicia com o ano de nascimento 1928 (cf. LAMELI, 2004, p. 108-112). A norma de oralização modificada vale, portanto, para os informantes, cuja *infância e*

juventude já ocorreram na época das transmissões de rádio e para os quais se apresentou pela primeira vez a possibilidade de basear suas macrossincronizações na norma de pronúncia moldada pelo alemão do norte.

A pergunta linguisticamente determinante é: como se pode avaliar as produções de fala dos anos 90 orientadas pelo *standard*? Estamos diante de um novo “*standard regional*” (cf. AUER, 1997, e KNIPF-KOMLÓSI/BEREND, 2001) ou estamos observando o início de uma transição para a norma de pronúncia, como a realizam apresentadores de noticiário? A resposta provavelmente é nem uma nem outra. Para uma resposta confiável à pergunta, contribuem, por um lado, auto-avaliações dos falantes como sendo extremamente esclarecedoras. O mesmo vale, por outro lado, para avaliações externas em testes de percepção auditiva, realizados dentro e fora das respectivas áreas linguísticas. Passo, primeiramente, às avaliações de estranhos. Como vimos, a aproximação individual à norma *standard* codificada varia, nos anos 90, significativamente tanto em Mainz como em Neumünster (valores individuais entre 0,6 e abaixo de 0,2). Por isso, Lameli disponibilizou para avaliação amostras de fala de sessões municipais em ambos as localidades de pesquisa através de testes de percepção (= dialetalidade de avaliação dos falantes ouvintes), servindo-se de escalas de valoração similares àquelas que foram apresentadas no âmbito do estudo de Lenz. Os grupos de avaliadores para as amostras de fala das duas cidades foram compostos de falantes ouvintes de Kiel e de Marburg. O resultado foi o seguinte: *existe uma fronteira perceptiva das marcas de normatividade* (LAMELI, 2004, p. 240-242). D-valores em 0,2 e menos, isto é, estritamente quantitativos com menos do que um traço regional em um corte de 5-7 palavras, são avaliados pelos participantes ouvintes sem restrições como sendo da língua *standard*. Lameli denomina esse estado de fala como “*standard colloquial*”. D-Valores a partir de 0,4, pelo contrário, são valorados como claros desvios regionais da língua *standard*. Lameli chama esse estado de fala de “*acento regional*” (cf. LAMELI, 2004, p.134). A Fig. 11 ilustra esse resultado com base nos valores de dialetalidade dos vereadores de Mainz, nos anos 90:

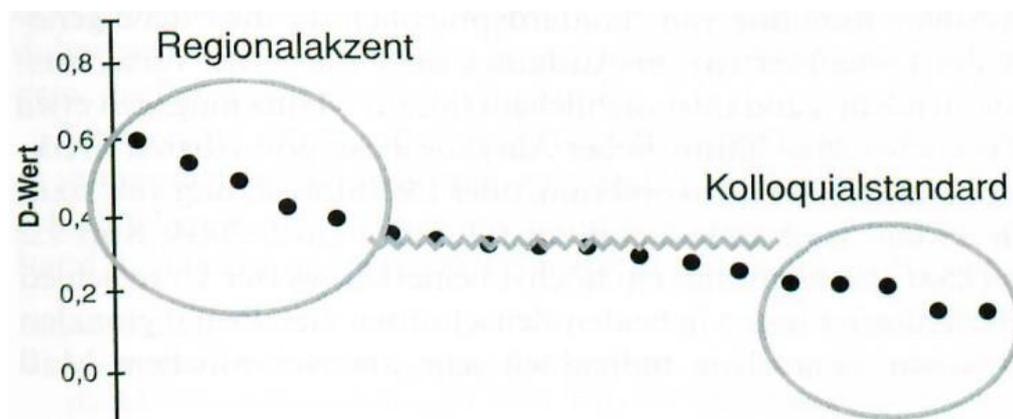


Fig. 11: Limite perceptivo das marcas do *standard* em relação aos valores médios individuais

Para oferecer aos leitores também aqui a possibilidade de avaliarem pessoalmente os exemplos de fala e comparar seu desempenho com as apreciações de ouvintes leigos, estão disponíveis na internet quatro amostras de fala (respectivamente do *standard* coloquial e do acento regional de Mainz e Neumünster)²⁰.

Assim como na região de Wittlich, as auto-avaliações dos falantes que Lameli (2004, p. 136) coletou, de forma simplificada e com o auxílio de questionários, junto aos vereadores de Mainz, nos anos 90, convergem, curiosamente também nesse estudo, de forma bem saliente, com as avaliações de pessoas estranhas em testes de percepção. Os falantes com os valores médios relativamente mais altos (0,4 ou mais) afirmam ambicionar e realizar uma aproximação ao *Hochdeutsch*, enquanto os falantes com os valores médios abaixo da linha de percepção dizem almejar e falar o *Hochdeutsch* correto. Os falantes do último grupo criticam, inclusive, uma parcela dos seus colegas pelos traços restantes de dialetalidade em seus pronunciamentos na câmara municipal, sem a devida adequação à situação. Parece estar bastante claro que, para os falantes, é intuitivamente conhecido, o que se tratou aqui como limiar perceptivo das marcas de normatividade. Em ambos os pontos de pesquisa, estamos, neste sentido, diante de, no mínimo, dois grupos de falantes. Um grupo se esforça por realizar o *Hochdeutsch* aceito *suprarregionalmente*. Esse grupo busca apoderar-se da norma de oralização atual de toda a Alemanha e também a alcança (= *standard* coloquial). Um segundo grupo, porém, que se encontra há 40 anos em Neumünster inalterável, considera em situações de conformidade com *standard* um estado de fala de prestígio como adequado (=acento regional).

Especial atenção merece o terceiro grupo de falantes, cujos valores de dialetalidade permanecem em torno de 0,3 e que, nessa forma, é observável apenas em Mainz. Para compreender o comportamento linguístico desse grupo em situações de conformidade com o *standard*, é necessário, ao menos brevemente, recorrer ao aspecto qualitativo, não considerado até o momento. Os traços areais desviantes do *standard*, que todos os falantes pesquisados nas duas localidades de pesquisa realizam também nos anos 90 – mesmo que individualmente em proporções muito distintas –, são naturalmente aqueles típicos para a região: para Neumünster, por exemplo, tem-se, como traços esperados para uma base de partida histórico-linguística do baixo-alemão, o arredondamento do /ɪ/ *standard*, a qualidade elevada aberta do -er- vocalizado em final de palavra ou a oclusão oral de /ɲ/ *standard* em fim de sílaba; para Mainz, por outro lado, são traços esperados para uma base de partida histórico-linguística do francônio-renano, por exemplo a nasalização vocal, a síncope do schwa ou a desonorização do /z/ *standard*, entre outros (cf. detalhado em LAMELI, 2004, cap. 7.2 e 8.3). Desse modo, pode-se constatar, entretanto, uma diferença que chama bastante atenção. Em Neumünster, ocorrem em ambos os períodos os mesmos traços regionais, ainda que individualmente de maneira muito distinta, enquanto em Mainz uma parte dos traços regionais realizados nos anos 50 não se encontra ou quase não

²⁰ Cf. *homepage* de J.E. Schmidt em <<http://sprachatlas.de>>

se encontra mais nos anos 90. Assim, as diferenças do *standard* no vocalismo de sílabas rizomáticas e laterais, ainda muito frequentes nos anos 50, estão amplamente apagadas nos anos 90, enquanto determinados traços consonantais, não todos, mostram-se, em grande medida, “resistentes ao apagamento”. Curioso é que, justamente com as variáveis, nas quais há contraste fonológico entre o *substandard* francônio-renano e a variedade *standard* (por exemplo, a coronalização do /ç/ *standard* ou a sonorização desviante e dessonorização do *standard* /s/ vs. /z/; cf. LAMELI, 2004, p.156s. e 162), a redução de traços desviantes da norma *standard* ocorre em menor quantidade. Com relação ao terceiro grupo de falantes, pode-se constatar diante dessas considerações, que eles se esforçam para alcançar a norma de oralização nacional, o que conseguem apenas parcialmente. Formulado de maneira placativa e metafórica, pode-se afirmar que esses falantes se digladiam na fronteira linguístico-cognitiva da variedade plena.

5. Resultado final e definição

Como resultado do que foi exposto até aqui, vale acrescentar duas perguntas: 1) o que significa “norma comum”, por quais parâmetros exatamente se orientam as macrossincronizações? E 2) qual papel desempenha a arealidade²¹ no âmbito de validade de uma norma?

Em relação à pergunta 1), existe para o conjunto da língua alemã **uma norma literal**.²² Ela é codificada (regras ortográficas oficiais supra-estatais, gramáticas) para o campo fundamental literal (ortografia, morfologia e sintaxe) e tolera, nesse caso, apenas de forma restrita variação. A dinâmica desse campo fundamental normalmente não é percebida. Modificações que se tornam conscientes são resolvidas – como mostram os debates em torno da última reforma ortográfica – de modo controverso. O vocabulário, pelo contrário, sofre modificações rápidas, sendo, por isso, percebido por todos. Ele é normatizável apenas em âmbito restrito. Um número reduzido de lexemas não comuns à toda a língua (*Matura* vs. *Abitur* ‘exame nacional ao término do período escolar’; *Fahrerlaubnis* vs. *Führerschein* ‘carteira de motorista’ etc.) não é, por este motivo, percebido pela maior parte dos membros falantes da língua como prejuízo da unidade principal.²³

Com relação à norma literal da variedade *standard* do alemão, sempre houve **mais de uma norma de oralização** com alternância de prestígio e diferentes âmbitos de validade comunicativa. Antes do séc. XIX, a norma de oralização da área de uso da língua, na qual a norma literal surgiu (médio-alemão, especialmente do leste), tinha o prestígio mais

²¹ N.T. e Rev.: Embora não usual no português, optamos por traduzir como arealidade, por ser um termo recorrente na dialetologia alemã (*Arealität*), também usado em oposição a socialidade (*Sozialität*).

²² Se isso ocorrer, como no luxemburguês, e estabelecer uma própria norma literal como ponto de referência para as macrossincronizações de uma parte da comunidade de fala, isso conduz, a longo prazo, ao desenvolvimento de uma língua própria.

²³ Sobre a relevância distinta de regionalismos na língua *standard* falada e escrita, cf. também Hove (2002, p. 4).

elevado.²⁴ A partir do século XIX, a norma de oralização do norte da Alemanha, “próxima à grafia”, alcançou reconhecimento especial.²⁵ Ela foi (com uma base empírica estreita) fundamento para uma primeira “codificação”, quando Theodor Siebs, em 1898, normatizou a “língua falada no teatro” (*Bühnenaussprache* ‘pronúncia de palco’).²⁶ Trata-se de um construto (um “ideal”), o qual tinha por objetivo a formação especial de um determinado grupo (falantes profissionais), e que representa uma forma especial de mesossincronização. A aproximação a esse ideal de pronúncia, que era possível a falantes treinados no exercício diário de sua profissão (“língua do rádio [*Rundfunksprache*] nas Alemanhas Ocidental e Oriental”), tornou-se, por conseguinte, base (mais ampla) realmente empírica de uma segunda codificação como “*Hochdeutsch* moderado”.²⁷

Para o contexto tratado aqui, é determinante que sempre apenas parcelas dos falantes de alemão orientam seus atos de macrossincronização por essa norma codificada (atual República Federativa da Alemanha). Na área do alto-alemão, haviam se desenvolvido outras normas próprias de oralização da variedade *standard*, não codificadas, das quais duas estão, há sete décadas, presentes nas mídias de massa e tornaram-se cada vez mais o foco de macrossincronizações para grupos extensos: as normas de oralização da Áustria e da Suíça.²⁸ O fato de que territórios nacionais inteiros puderam tornar-se medida relevante para a oralidade da variedade *standard* está naturalmente relacionado com o fato de que o alcance de comunicação das principais “agências normativas”, assim como institutos de televisão e rádio parcialmente estatais, por mais de décadas coincidiram com as fronteiras nacionais.²⁹

Com relação à pergunta 2 – sobre o papel é desempenhado pela arealidade nas normas de oralização da variedade *standard* – eu tentei mostrar a partir de estudos empíricos desenvolvidos em relação à norma de oralização do alemão na Alemanha (ocidental). A aquisição natural da língua implica inevitavelmente que a língua de cada indivíduo apresente traços regionais, isto é, traços cuja área de difusão é menor do que a de normas de oralização. Pôde-se demonstrar que é possível, a falantes profissionais, eliminar

²⁴ Cf. Josten (1976, p. 22-33). Cf. resumo dos principais estudos em Wiesinger (2000, p. 1933).

²⁵ Cf. Mattheier (2003, p. 237) e Löffler (2000, p. 1967); cf. também Ludwig (1998, p. 162), deve-se observar, contudo, que a pronúncia codificada “do norte da Alemanha” pode ter entrado apenas de modo restrito em conformidade com as convenções de pronúncia do século XIX, no norte da Alemanha. O quão complexas podem ter sido essas relações, foi demonstrado por Mihm (2004), tomando por base o exemplo recente de desvozeamento de fonemas em coda silábica.

²⁶ Cf. resumo em Besch (2003b).

²⁷ Primeiramente codificado em GWdA (Grande Dicionário de Pronúncia da Língua Alemã). Em seguida, no dicionário de pronúncia do Duden e, finalmente, contemplado também em “Siebs”. Cf. também König (2000).

²⁸ Sobre o desenvolvimento da norma oral suíço-alemã, da “convenção linguística do alto-alemão suíço” do séc. XIX até as diretrizes do “alemão falado no rádio” (1993), cf. Hove (2002, p. 6-8 e 32-39). Sobre a bibliografia de pesquisa, incluindo os diferentes esforços pela codificação, cf. Hove (2002, p. 14-17). Um resumo dos principais estudos em relação à norma oral austríaca encontra-se em Scheuringer (2001, p. 113-115).

²⁹ Sobre a relevância inicial das fronteiras nacionais, cf. a síntese de pesquisa em Ammon (1995, p. 35-73). Sobre a relação empírica entre a distribuição areal de traços fonéticos e a fronteira nacional suíça, cf. Hove (2002, p. 11 e 151).

quase perfeitamente autênticos traços regionais. Para esse estado de fala, foi sugerida a denominação *standard de falantes instruídos* (*Standard geschulter Sprecher*). O resultado para falantes não treinados se coloca de forma totalmente diferente: até mesmo falantes do norte da Alemanha realizam individualmente, em situações de adequação ao *standard*, uma quantidade distinta de “resquícios de regionalidade” em situações de adequação ao *standard*.

Especialmente esclarecedor do ponto de vista teórico, porém, é como falantes e ouvintes manipulam comunicativamente esse “resquício de regionalidade”. Se o número e qualidade dos regionalismos não excedem um determinado limite, então, esses regionalismos (“resquícios de regionalidade”) já não são mais percebidos. Para esse estado de fala, foi sugerida a denominação *standard colloquial*. Ultrapassa-se, porém, essa fronteira perceptiva da normatividade linguística, falamos, então, de *acento regional*. Os falantes possuem, neste caso, um conhecimento intuitivo desse limite: já é de conhecimento geral que existem determinados traços areais que definitivamente não são notados por ouvintes leigos, enquanto outros, até com uma frequência muito baixa, são avaliados como desvios altamente salientes (cf. HERRGEN & SCHMIDT, 1985). Nas macrossincronizações orientadas pela norma de oralização nacional, os falantes e ouvintes adquirem um conhecimento intuitivo sobre a qualidade de traços areais, que, em termos linguísticos, é apenas parcialmente dedutível. Para o comportamento linguístico natural em situações formais pôde-se demonstrar que justamente essa qualidade conduz à mudança a longo prazo. Nós denominamos essa qualidade como a **saliência de um traço regional**.³⁰ Teoricamente, todas as valorações de saliência na área de validade de uma norma de oralização deveriam ser idênticas. Empiricamente, pôde-se demonstrar que esse é de fato o caso: com que força e se de fato uma amostra de fala desvia da norma de oralização no *standard*, são questões que grupos de falantes ouvintes da Baviera, do centro e do norte da Alemanha manifestam geralmente de modo idêntico. Em que medida e se de fato regionalismos salientes realmente sofrem mudança linguística, depende de outras características linguísticas: enquanto marcadores de identidade regionais e alternâncias em determinadas palavras, para as quais os alofones adequados ao *standard* possuem equivalentes regionais em quaisquer posições do sistema prosódico-fonológico, podem ser controlados fundamentalmente com base na apreciação que fazem indivíduos ou grupos específicos da adequação situacional, apresentam-se outros regionalismos em grande medida como remanescentes. Esses últimos equivalem àqueles que se baseiam em diferenças no campo fundamental da competência linguística (= delimitação da variedade plena) e que são, por isso, subjetivamente difíceis de controlar (por exemplo, a coronalização). E, por outro lado, estão em jogo regionalismos, em que classes de sons regionais e *standard* apresentam tipos de produção alternativos, os quais são modificáveis para “aptidões normais” na língua somente no âmbito de treinamentos de fala (por exemplo, a centralização no saxão ou determinados alofones de /r/).

³⁰ Cf. Trudgill (1986, p. 11) e uma visão geral dos estudos em Lenz (2003, p. 26-28).

A título de resumo do que foi exposto aqui, sugere-se, por fim, delimitar linguisticamente a variedade *standard* exatamente como se apresenta na consciência das variedades por falantes/ouvintes leigos, ou seja, com base nos conceitos de *variedade plena* e de *saliência linguística*:

língua *standard* corresponde à variedade plena, cuja norma de literalização é alvo das macrossincronizações dos membros de uma comunidade linguística. As normas de oralização nacionais dessa variedade plena são marcadas pela flexibilidade nos regionalismos (comunicativos) salientes.

O que vale para as demais variedades plenas da língua alemã, vale naturalmente, sobretudo, para a variedade *standard*. Ela é, de múltiplas formas, complexa. Ela abrange (no alemão) uma norma de literalização para toda a língua [no âmbito da escrita, literalidade], três normas de oralização nacionais, distintos estados de fala no interior das normas de oralização e uma série de variedades setoriais (“linguagens técnicas”, “linguagens especiais”, etc.).

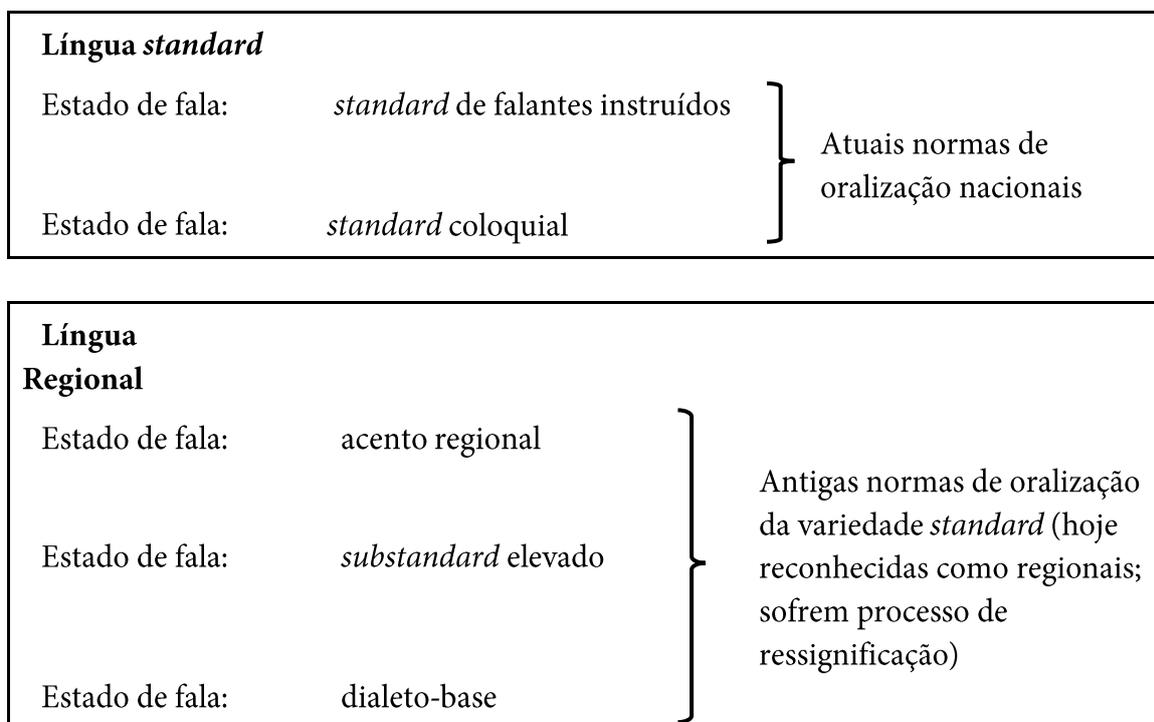


Fig. 12: Delimitação da língua *standard* e da língua regional

As normas de oralização nacionais formam hoje o limite vertical das diferentes línguas regionais do alemão, cujos estados de fala mais próximos ao *standard* correspondem aos respectivos acentos regionais. Neles, sobrevivem as antigas normas de

oralização da variedade *standard*. Essas normas são, hoje, vistas como regionalmente restritas e estão expostas a constantes processos de resignificação.

Bibliografia

AMMON, Ulrich. *Die deutsche Sprache in Deutschland, Österreich und der Schweiz: das Problem der nationalen Varietäten*. Berlin: de Gruyter, 1995.

AUER, Peter. *Führt Dialektabbau zur Stärkung oder Schwächung der Standardvarietät? Zwei phonologische Fallstudien*. In: MATTHEIER, Klaus & RADTKE, Edgar (eds.), 1997, p. 129-161.

BEREND, Nina. "Regionale Gebrauchsstandards – Gibt es sie und wie kann man sie beschreiben?" In: EICHINGER, L.; KALLMEIER, W. (eds.). *Standardvariation: Wie viel Variation verträgt die deutsche Sprache?* Berlin: de Gruyter, 2005, p. 143-170.

BERTHELE, Raphael et al. (eds.). *Die deutsche Schriftsprache und die Regionen: entstehungsgeschichtliche Fragen in neuer Sicht*. *Studia Linguistica Germanica*, n. 65, 2003.

BESCH, Werner et al. (eds.). *Sprachgeschichte: Ein Handbuch zur Geschichte der deutschen Sprache und ihrer Erforschung*. *Handbooks zur Sprach- und Kommunikationswissenschaft* 2.2, Berlin/New York, v. 2, 2. ed. completamente rev. e ampl., 1998.

BESCH, Werner. *Die Regionen und die deutsche Schriftsprache. Konvergenzfördernde und konvergenzverhindernde Faktoren. Versuch einer forschungsgeschichtlichen Zwischenbilanz*. In: BERTHELE, Raphael et al. (eds.), 2003a, p. 5-27.

_____. "Aussprache-Standardisierung am grünen Tisch? Der 'Siebs' nach 100 Jahren". In: ANDROUTSOPOULOS, Jannis K. & ZIEGLER, Evelyn (eds.). „Standardfragen“. *Soziolinguistische Perspektiven auf Sprachgeschichte, Sprachkontakt und Sprachvariation*. Frankfurt, 2003b, p. 15-26. (VarioLingua, 18)

BÜRKLE, Michael. *Zur Aussprache des österreichischen Standarddeutschen: die unbetonten Silben*. *Schriften zur deutschen Sprache in Österreich*, Frankfurt am Main, v. 17, 1995.

CHRISTEN, Helen. "Die regionalen Besonderheiten der deutschen Standardsprache in der Schweiz". In: KNIPF-KOMLÓSI, Elisabeth & BEREND, Nina (eds.). *Regionale Standards: Sprachvariationen in den deutschsprachigen Ländern*. Budapest/Pécs, 2001. p. 120-159.

DICIONÁRIO de pronúncia, Duden; MANGOLD, MAX. *Wörterbuch der deutschen Standardaussprache*. 4. ed.rev. e atualiz. Contribuição de Max Mangold em colaboração com Dudenredaktion. Mannheim, 2002. (Duden, 6)

GWdA = EVA-MARIA, Krech et al. *Großes Wörterbuch der deutschen Aussprache*, Leipzig, 1982.

HERRGEN, Joachim & SCHMIDT, Jürgen E. *Systemkontrast und Hörerurteil. Zwei Dialektalitätsbegriffe und die ihnen entsprechenden Meßverfahren*. *Zeitschrift für Dialektologie und Linguistik*, n. 52, 1985, p. 20-42.

_____. *Dialektalitätsareale und Dialektabbau. Dialektgeographie und Dialektologie*. Günter Bellmann zum 60. Geburtstag von seinen Schülern und Freunden. Marburg: 1989, p. 304-346. (Deutsche Dialektgeographie, 90)

_____. *Sprachdynamik. Eine Einführung in die moderne Regionalsprachenforschung*. Berlin: Erich Schmidt, 2011. (Grundlagen der Germanistik)

HOVE, Ingrid. *Die Aussprache der Standardsprache in der deutschen Schweiz*. Tübingen, 2002. (Phonai, 47)

JOSTEN, Dirk. *Sprachvorbild und Sprachnorm im Urteil des 16. und 17. Jahrhunderts. Sprachlandschaftliche Prioritäten, Sprachautoritäten, sprachimmanente Argumentation*. Bern/Frankfurt am Main, 1976.

KNIPF-KOMLÓSI, Elisabett & BEREND, Nina (eds.). *Regionale Standards: Sprachvariationen in den deutschsprachigen Ländern*. Budapest/Pécs, 2001. (Studia Linguistica)

KÖNIG, Werner. *Atlas zur Aussprache des Schriftdeutschen in der Bundesrepublik Deutschland*. Ismaning, 1989. v. I: Text; v. II: tabelas e mapas.

_____. "Wenn sich Theorien ihre Wirklichkeit selbst schaffen: zu einigen Normen deutscher Aussprachewörterbücher". In: HÄCKI BUHOFER, Annelies (ed.). *Vom Umgang mit sprachlicher Variation: Soziolinguistik, Dialektologie, Methoden und Wissenschaftsgeschichte: Festschrift für Heinrich Löffler zum 60. Geburtstag*. Colab. de Lorenz Hofer et al. Tübingen/Basel, 2000, p. 87-98. (Basler Studien zur deutschen Sprache und Literatur, 80)

LAMELI, Alfred. *Standard und Substandard: Regionalismen im diachronen Längsschnitt*. Stuttgart, 2004. (*Zeitschrift für Dialektologie und Linguistik*. Apêndice, 128).

LENZ, Alexandra N. *Struktur und Dynamik des Substandards: Eine Studie zum Westmitteldeutschen (Wittlich/Eifel)*. Stuttgart, 2003. (Zeitschrift für Dialektologie und Linguistik. Apêndice, 125).

LÖFFLER, Heinrich. "Gesprochenes und geschriebenes Deutsch bis zur Mitte des 20. Jahrhunderts". In: BESCH, Werner et al. (eds.). *Sprachgeschichte. Ein Handbuch zur Geschichte der deutschen Sprache und ihrer Erforschung*, 2000, v. 2, p. 1967-1980.

LUDWIG, Otto. "Alphabetisierung und Volksschulunterricht im 19. Jahrhundert. Der Beitrag der Schreib- und Stilübungen". In: CHERUBIM, Dieter et al. (eds.). *Sprache und bürgerliche Nation. Beiträge zur deutschen und europäischen Sprachgeschichte des 19. Jahrhunderts*. Berlin, New York, v. 19, 1998, p. 148-166.

MATTHEIER, Klaus J. "Die Durchsetzung der deutschen Hochsprache im 19. und beginnenden 20. Jahrhundert: sprachgeographisch, sprachsoziologisch". In: BESCH, Werner et al. (eds.). *Sprachgeschichte*, 2000, p. 1951-1967.

MATTHEIER, Klaus J. "German". In: DEUMERT, Ana & VANDENBUSSCHE, Wim (eds.). *German Standardizations. Past to Present*. Amsterdam/Philadelphia, *Benjamins impact studies in language and society*, 2003, p. 211-244.

MATTHEIER, Klaus J & RADTKE, Edgar (eds.). *Standardisierung und Destandardisierung europäischer Nationalsprachen*. Frankfurt am Main, 1997. (VarioLingua, 1).

MIHM, Arend. "Schreibsprachliche und akrolektale Ausgleichsprozesse bei der frühneuzeitlichen Standardisierung". In: BERTHELE, Raphael et al. (eds.). *Die deutsche Schriftsprache und die Regionen. Entstehungsgeschichtliche Fragen in neuer Sicht*. Berlin/New York, de Gruyter, 2003, p. 79-110.

MIHM, Arend. "Zur Geschichte der Auslautverhärtung und ihrer Erforschung". In: *Sprachwissenschaft*, v. 29, n. 2, 2004, p. 133-206.

OTTERSACH, Lene. *Verdichtungsbereiche im Wittlicher Substandard. Zum Zusammenhang von Variablenanalyse und Dialektalitätsmessung*. Diss. Mestrado. Marburg, 2002.

PURSCHE, Christoph. *Hörerurteil-Dialektalität. Versuch einer methodischen Validierung des Tests zur Hörerurteil-Dialektalität im Hinblick auf die empirische Untersuchung regionaler Bewertungsdifferenzen im Hörerurteil*. Diss. Mestrado. Marburg, 2003.

RICHEY, Michael. *Idioticon Hamburgense oder Wörter=Buch zur Erklärung der eigenen, in und um Hamburg gebräuchlichen, Nieder=Sächsischen Mund=Art. Jetzo vielfältig*

vermehret, und mit Anmerckungen und Zusätzen Zweener berühmten Männer, nebst einem Vierfachen Anhang. Hamburg, 1754.

SCHEURINGER, Hermann. "Die deutsche Sprache in Österreich". In: KNIPF-KOMLÓSI, Elisabeh & BEREND, Nina (eds.). *Regionale Standards. Sprachvariationen in den deutschsprachigen Ländern.* Budapest: Dialóg Campus Kiadó, 2001, p. 95-119.

SCHMIDT, Jürgen Erich. "Sprachdynamik". In: EGGERS, Eckhard; SCHMIDT, Jürgen Erich; STELLMACHER, Dieter (eds.). *Moderne Dialekte, Neue Dialektologie: Akten des 1. Kongresses der Internationalen Gesellschaft für Dialektologie des Deutschen (IGDD) em Marburg de 5 a 8 de março de 2003.* Franz Steiner Verlag, 2005.

SCHMIDT, Jürgen Erich. "Versuch zum Varietätenbegriff". In: LENZ, Alexandra & MATTHEIER, Klaus J. (eds.). *Varietätentheorie.* Frankfurt am Main et al., 2005. (VarioLingua).

SIEBS, Theodor. *Reine und gemäßigte Hochlautung mit Aussprachewörterbuch.* 19. ed. rev. por Helmut de Boor et al. Berlin, 1969.

SOCIN, Adolf. *Schriftsprache und Dialekte im Deutschen nach Zeugnissen alter und neuer Zeit: Beiträge zur Geschichte der deutschen Sprache.* Heilbronn, 1888. (Reimpressão: Hildesheim, New York).

SPIEKERMANN, Helmut. "Regionale Standardisierung, nationale Destandardisierung". In: EICHINGER, L. & KALLMEIER, W. (eds.). *Standardvariation: Wie viel Variation verträgt die deutsche Sprache?* Walter de Gruyter, 2005, p. 100-125.

STALDER, Franz Joseph. *Die Landessprachen der Schweiz oder Schweizerische Dialektologie, mit kritischen Sprachbemerkungen beleuchtet.* Aarau, 1819.

TAKAHASHI, Hideaki. *Die richtige Aussprache des Deutschen in Deutschland, Österreich und der Schweiz nach Maßgabe der kodifizierten Normen.* Frankfurt am Main, 1996. (Duisburger Arbeiten zur Sprach- und Kulturwissenschaft, 27).

TRUDGILL, Peter. *Dialects in contact.* Oxford: Blackwell, 1986. (Language in Society, 10).

WEINRICH, Johann Michael. *Kirchen-und Schulen-Staat des Fürstenthums Henneberg alter und mitlerer Zeiten.* Martini, Leipzig, 1720.

WERNER, Elvira. *Mundart im Erzgebirge.* Imprensa e editoração Marienberg, 1999.

WIESINGER, Peter (ed.). *Das österreichische Deutsch.* Wien, 1988. (Schriften zur deutschen Sprache in Österreich, 12)

WIESINGER, Peter. *Die Diagliederung des Neuhochdeutschen bis zur Mitte des 20. Jahrhunderts*. In: BESCH, Werner et al. (eds.). *Sprachgeschichte. Ein Handbuch zur Geschichte der deutschen Sprache und ihrer Erforschung*. Berlin/New York: de Gruyter, v. 2, 2000, p. 1932-1951.